

Francisco Liberal Fernandes

O destacamento de trabalhadores na União Europeia

(Directiva 96/71 Revista)

 **GESTLEGAL**

Índice

Enunciado do Tema	13
1. O Destacamento de Trabalhadores no Âmbito da Prestação Transnacional de Serviços.....	15
1. Liberdade de prestação de serviços.....	15
2. Destacamento de trabalhadores	20
2. Regime Anterior à Directiva 96/71	25
1. A Convenção de Roma de 1980	25
2. O direito comunitário derivado	27
2.1. O Regulamento 1612/68 e a Directiva 68/360	27
2.2. O Regulamento 1408/71.....	29
2.3. O Tribunal de Justiça	30
i) Residência dos trabalhadores extra-comunitários	33
ii) Direito da segurança social.....	36
iii) Obrigações retributivas.....	39

3. A Directiva 96/71	43
1. Finalidades	43
2. Quadro regulador	46
3. Natureza do regime	51
4. Determinação da lei aplicável ao contrato de trabalho	52
4. O combate à Fraude e à Discriminação	55
1. Ineficácia da primitiva Directiva 96/71	55
2. A Directiva 2014/67	59
2.1. Objectivos gerais.....	59
2.2. Avaliação dos elementos do destacamento	66
2.3. Acesso à informação das condições de trabalho	68
2.4. Cooperação entre os Estados-Membros..	70
2.5. Medidas de controlo.....	71
2.6. Inspeção das condições de emprego.....	73
2.7. Defesa dos direitos e apresentação de queixas	73
2.8. Subcontratação	76
2.9. Execução transfronteiriça das sanções pecuniárias.....	77
2.10. Recusa em executar um pedido de cobrança ou de notificação	80
2.11. Definição das sanções	80
5. O Regime do Destacamento pós Directiva 2018/957	81
1. O quadro político-económico	81

2. Principais alterações	84
3. Âmbito subjectivo.....	87
3.1. Noção de trabalhador	87
3.2. Trabalhadores temporários.....	92
3.3. Trabalhadores destacados por empresas de países terceiros.....	94
4. Âmbito objectivo	96
5. Duração do destacamento	99
6. Condições aplicáveis aos trabalhadores des- tacados	104
6.1. O elenco do art. 3.º, n.º 1	104
6.2. Igualdade de tratamento.....	108
6.3. Condições mais favoráveis.....	111
6.4. Disposições de ordem pública	114
7. Remuneração	116
8. Alojamento.....	118
9. Subsídios e abonos	119
9.1. Critérios de qualificação	119
9.2. Reembolso dos abonos e subsídios.....	120
9.3. Regime supletivo de qualificação	120
10. Regimes derogatórios.....	121
11. Fiscalização das condições de trabalho e tutela judicial.....	123
6. Segurança Social dos Trabalhadores Destacados	127

7. Exercício dos Direitos Colectivos nas Situações Transfronteiriças	135
1. Os acórdãos Laval e Viking	135
2. Liberdades económicas e protecção dos direitos dos trabalhadores	142
Acórdãos do Tribunal de Justiça	151
Bibliografia	153



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt

- 01 Trabalhar e amar**
João Leal Amado
- 02 O conceito de trabalhador
no direito social comunitário**
Francisco Liberal Fernandes
- 03 A racionalização das
infraestruturas de transportes:
não “fugindo” das populações**
Manuel Carlos Lopes Porto
- 04 Justiça social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 05 O destacamento de trabalhadores
na União Europeia**
Francisco Liberal Fernandes
- 06 O registo português
de condenados por crimes
sexuais contra menores no actual
panorama do expansionismo
jurídico-penal**
António Miguel Veiga
- 07 Cultura & cidadania**
Paulo Ferreira da Cunha